



**UNIÃO PAULISTA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS - UPES - CNPJ
01.238.240/0001-91**

CARTA DE REIVINDICAÇÕES DOS ESTUDANTES PAULISTAS

Hoje, estudantes de diversas regiões do estado de São Paulo se mobilizaram e ocuparam a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo como forma legítima de resistência ao processo contínuo de desmonte da educação pública promovido no âmbito da atual gestão estadual. A ocupação, historicamente reconhecida como instrumento extraordinário de reivindicação popular, constitui expressão concreta da participação social quando os canais institucionais de escuta e diálogo são sistematicamente esvaziados ou negados pelo poder público.

Ao ocuparmos este espaço, afirmamos nosso compromisso com a defesa de uma educação pública, gratuita, democrática, inclusiva e socialmente referenciada. Lutamos por escolas com estrutura digna, por condições adequadas de ensino e aprendizagem, e por um projeto educacional que reconheça os estudantes como sujeitos de direitos. Esta mobilização não diz respeito apenas ao presente, mas também ao futuro: estamos aqui por nossa geração e pelas gerações que virão, que têm o direito de encontrar uma escola melhor, mais justa e mais humana do que aquela que hoje nos é oferecida.

Diante desse cenário, apresentamos as seguintes reivindicações dos estudantes do estado de São Paulo:

1. Fim do estatuto padrão dos grêmios estudantis e respeito à Lei do Grêmio Livre (Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985)

As entidades estudantis têm enfrentado, há anos, obstáculos sistemáticos ao seu livre funcionamento nas escolas da rede estadual. Em diversas unidades, direções escolares, Diretorias de Ensino e demais instâncias administrativas têm imposto barreiras ao diálogo entre os estudantes e suas entidades representativas, comprometendo o exercício da autonomia estudantil e afrontando garantias legais asseguradas pela Lei do Grêmio Livre e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Observa-se, ainda, o agravamento de práticas repressivas dirigidas aos estudantes que buscam se organizar coletivamente, incluindo perseguições, ameaças, tentativas de deslegitimação de lideranças, impedimento de reuniões, restrições à realização de eleições livres e intervenções indevidas na organização dos grêmios. Tais práticas configuram violação ao direito de livre associação, à participação estudantil e à gestão democrática do ambiente escolar.

Exigimos, portanto, a imediata cessação dessas medidas autoritárias e o pleno respeito à organização estudantil, com garantia de autonomia dos grêmios, livre acesso às escolas para fins de mobilização e debate, e condições efetivas para a construção de projetos, ações e representações legitimamente organizadas pelos estudantes.

2. Revogação da PEC 09/2023, que reduz o investimento mínimo em educação no estado de São Paulo

Desde 2023, os estudantes paulistas vêm denunciando e enfrentando uma política de restrição orçamentária que compromete diretamente a qualidade da educação pública. No cotidiano escolar, essa política se materializa na precarização das condições de permanência e aprendizagem: falta de merenda adequada, ausência de itens básicos de higiene, superlotação das salas, infiltrações, goteiras, falhas elétricas, insuficiência de ventilação, risco estrutural em prédios escolares e abandono generalizado da infraestrutura das unidades.

Os efeitos desses cortes também se expressam na carência de professores, na redução de projetos pedagógicos, na ausência de investimentos em tecnologia educacional e no enfraquecimento das políticas públicas voltadas à qualidade do ensino. Nesse contexto, a aprovação da PEC 09/2023, ao reduzir o investimento mínimo em educação de 30% para 25% da receita anual do estado, representa grave retrocesso institucional e orçamentário, aprofundando a crise já instalada na rede estadual.

Defendemos a imediata revogação dessa medida, por seu impacto regressivo sobre o financiamento da educação pública, e reafirmamos a necessidade de ampliação dos investimentos no setor, em consonância com o dever constitucional do Estado de assegurar educação pública de qualidade para todos.

3. Realização urgente de reformas estruturais em todas as escolas estaduais do estado de São Paulo

Exigimos a implementação imediata de um plano emergencial de reformas estruturais em toda a rede estadual de ensino, de forma a garantir condições dignas, seguras e adequadas de estudo, permanência e convivência para os estudantes.

A realidade das escolas revela um quadro inadmissível de precariedade, marcado por salas sem ventilação adequada e sem climatização, ausência de manutenção básica, quadras esportivas inutilizadas, banheiros em condições insalubres, falta de acessibilidade para estudantes com deficiência e abandono, ou inexistência, de laboratórios e bibliotecas.

Tal situação viola o direito à educação em sua dimensão material, uma vez que não basta assegurar formalmente o acesso à escola: é dever do Estado garantir também as condições concretas para que o processo educacional ocorra com dignidade, segurança, inclusão e qualidade. Por isso, defendemos um plano emergencial de investimentos em infraestrutura escolar, com transparência na execução dos recursos públicos e participação efetiva da comunidade escolar na definição das prioridades.

4. Pelo fim da plataformização do ensino

Denunciamos o avanço da plataformização do ensino na rede pública estadual como parte de um projeto de precarização da educação, que subordina o processo pedagógico à lógica da padronização, do controle e da desumanização do ensino. Trata-se de um modelo que fragiliza a escola pública ao substituir a mediação crítica dos professores por conteúdos uniformizados, descontextualizados e distantes da realidade concreta vivida pelos estudantes.

A imposição desse modelo compromete de forma profunda a função social da educação. Aos estudantes, impõe um processo de aprendizagem superficial, limitado e tecnicista, que enfraquece a

formação crítica, restringe a produção do conhecimento e aprofunda desigualdades, especialmente diante da desigualdade de acesso à infraestrutura tecnológica adequada. Aos professores, esse processo representa a retirada progressiva de sua autonomia pedagógica, a desvalorização do trabalho docente e a tentativa de reduzi-los à condição de meros executores de conteúdos previamente formatados por instâncias externas ao cotidiano escolar.

A educação pública não pode ser convertida em mecanismo automatizado de transmissão de tarefas e metas. A escola é, por definição, um espaço de formação humana, construção coletiva, pluralidade de ideias, desenvolvimento do pensamento crítico e transformação social. Qualquer política educacional que esvazie o papel dos educadores e desconsidere a realidade concreta da comunidade escolar constitui grave afronta aos princípios da gestão democrática do ensino e da valorização dos profissionais da educação.

Diante disso, exigimos o fim da plataformação do ensino na rede pública, a garantia plena da autonomia pedagógica dos professores e a retomada de um projeto educacional comprometido com a formação integral dos estudantes. Reivindicamos, ainda, investimento efetivo na formação continuada, na valorização profissional do magistério e na garantia de condições dignas de trabalho para todos os trabalhadores da educação.

Seguiremos mobilizados e em luta até assegurar uma educação pública, gratuita, democrática, de qualidade e socialmente referenciada, com dignidade para todos os estudantes e respeito pleno ao papel estratégico dos educadores na construção de uma escola verdadeiramente emancipadora.

A **União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES)** se faz presente, por meio deste documento e do ato político realizado nesta data, para afirmar com firmeza a voz dos estudantes paulistas diante do desmonte deliberado da educação pública promovido pelo governo do estado de São Paulo. Nossa presença é expressão de resistência, denúncia e compromisso com a reconstrução de uma escola pública que esteja à altura das necessidades do povo paulista.

Não aceitaremos a precarização das nossas escolas, o enfraquecimento da organização estudantil, nem a retirada de direitos historicamente conquistados. Reafirmamos que a educação pública não pode ser tratada como gasto a ser reduzido, mas como investimento estratégico, direito social fundamental e instrumento indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e soberana.

Seguiremos mobilizados, organizados e atentos, porque defender a educação pública é defender o presente e o futuro do nosso povo.

Julia Sacramento Monteiro

Presidenta da UPES

União Paulista dos Estudantes Secundaristas – UPES

Data: 25/03/2026